

Broward County Public Schools
Educação de Estudantes Excepcionais
Programa para Superdotados
(Exceptional Student Education - Gifted Program)

Salvaguardas Processuais para Estudantes Excepcionais que São Superdotados

6A-6.03313 Salvaguardas Processuais para Estudantes Excepcionais que São Superdotados.

Informar os pais sobre os seus direitos nos termos desta norma é essencial para assegurar que eles tenham a oportunidade de ser parceiros nas decisões referentes a seus filhos. É também fundamental que os conselhos escolares locais forneçam informações sobre esses direitos aos funcionários apropriados da escola e do distrito, para que as necessidades do aluno possam ser identificadas e atendidas de forma adequada. As normas e os procedimentos das salvaguardas processuais do conselho escolar devem ser determinados de acordo com a Norma 6A-6.03411 do Código Administrativo da Flórida (F.A.C.), e devem incluir disposições adequadas para o seguinte:

(1) Aviso Prévio. O distrito escolar deve oferecer aos pais, com aviso prévio por escrito, um prazo razoável antes de qualquer proposta ou recusa de iniciar ou alterar a identificação, avaliação, colocação acadêmica do aluno, ou a prestação de educação pública gratuita e adequada para o aluno.

(a) O aviso prévio aos pais deve ser redigido em linguagem compreensível para o público em geral e deve ser fornecido em seu idioma materno, ou outro modo de comunicação normalmente utilizado pelos pais, a menos que tal comunicação seja inviável.

(b) Se o modo de comunicação dos pais não é uma linguagem escrita, o distrito escolar deve assegurar:

1. Que o aviso seja traduzido para os pais verbalmente, ou por outros meios em seu idioma materno ou modo de comunicação;
2. Que os pais compreendam o conteúdo do aviso; e
3. Que existe documentação escrita que os requisitos das alíneas (1)(b)1. e 2. desta norma foram cumpridos.

(c) O aviso para os pais deve incluir:

1. Uma descrição da medida proposta ou recusada pelo distrito, uma explicação do porquê do distrito se propor ou se recusar a tomar a medida, e uma descrição de todas as outras opções consideradas pelo distrito e as razões pelas quais essas opções foram rejeitadas;
2. Uma descrição de cada procedimento de avaliação, teste, registro ou relatório utilizado pelo distrito como base para a medida proposta ou recusada;
3. Uma descrição de quaisquer outros fatores relevantes para a proposta ou recusa do distrito; e
4. Informações sobre como os pais podem obter uma cópia das salvaguardas processuais previstas nesta norma.

Broward County Public Schools
Educação de Estudantes Excepcionais
Programa para Superdotados
(Exceptional Student Education - Gifted Program)

(2) Conteúdo e Fornecimento das Salvaguardas Processuais para os Pais.

(a) Os pais devem receber uma cópia das suas salvaguardas processuais, que proporcionam uma explicação completa das disposições contidas nesta norma.

(b) A cópia das salvaguardas processuais deve ficar disponível para os pais do aluno superdotado, e deve ser fornecida para os pais no mínimo:

1. Após o encaminhamento inicial para avaliação;
2. Após a recusa do pedido do pai para realizar uma avaliação inicial;
3. Após a notificação de cada reunião de EP (plano de educação); e
4. Após o recebimento de uma solicitação de audiência de devido processo, tanto pelo distrito escolar ou pelo pai, de acordo com a subseção (7) desta norma.

(3) Consentimento Informado dos Pais.

(a) Os pais devem ser completamente informados sobre todas as informações relevantes à medida para a qual o consentimento é procurado, em seu idioma materno ou outro modo de comunicação, a menos que tal comunicação seja obviamente inviável.

(b) O consentimento por escrito dos pais deve ser obtido antes da realização de uma avaliação inicial para se determinar a qualificação, e antes da prestação inicial de serviços para alunos que são superdotados.

(c) Os distritos escolares devem documentar as tentativas para obter o consentimento dos pais, conforme exigido pelo parágrafo (3)(b) desta norma.

(d) O consentimento dos pais é voluntário e pode ser revogado a qualquer momento, antes da medida ocorrer.

(e) Exceto para a avaliação individual formal, e a prestação inicial de serviços ao aluno, o consentimento pode não ser necessário como condição para qualquer outro benefício para o pai ou filho. Qualquer proposta ou recusa de iniciar ou alterar a identificação, avaliação, ou colocação acadêmica, ou a prestação de uma educação pública gratuita e adequada para o aluno após a colocação inicial não está sujeita ao consentimento dos pais, mas está sujeita ao aviso prévio, conforme definido pela subseção (1) desta norma.

(f) O consentimento dos pais não é necessário antes de:

1. Analisar os dados existentes como parte de uma avaliação; ou,
2. Aplicar um teste ou outra avaliação que é aplicada a todos os estudantes, a menos que o consentimento dos pais de todos os alunos seja necessário antes da aplicação deste teste ou avaliação.

(4) Oportunidade dos pais para examinar os registros e participar das reuniões.

Broward County Public Schools

Educação de Estudantes Excepcionais

Programa para Superdotados

(Exceptional Student Education - Gifted Program)

(a) Os pais de alunos que são superdotados terão a oportunidade de inspecionar e examinar os registros escolares de seus filhos, nos termos da Norma 6A1.0955, F.A.C., Seção 1002.22, Estatutos da Flórida (F.S.), e desta norma.

(b) O direito de inspecionar e examinar os registros escolares sob esta norma inclui o direito de ter um representante do pai presente para inspecionar e examinar os registros, incluindo todos os registros relacionados com a identificação, avaliação e colocação acadêmica do aluno e a prestação de uma educação pública gratuita e adequada para o estudante.

(c) Os pais de um aluno que é superdotado devem ter a oportunidade de participar de reuniões no que diz respeito ao desenvolvimento do plano de educação de seu filho.

(5) Avaliações obtidas com recursos privados. Se o pai obtiver uma avaliação independente com recursos privados, que atenda aos requisitos da subseção (4) da Norma 6A-6.0331, F.A.C., os resultados da avaliação devem ser considerados pelo distrito escolar em qualquer decisão tomada com respeito à determinação de qualificação para os serviços de educação de estudantes excepcionais.

(a) Os resultados de tal avaliação podem ser apresentados como evidência em qualquer audiência autorizada sob a subseção (7) desta norma.

(b) Se um juiz de direito administrativo solicitar uma avaliação educacional independente como parte de uma audiência, a avaliação deve ser custeada com fundos públicos, conforme determinado no parágrafo (7)(c) da Norma 6A-6.03411, F.A.C.

(6) Procedimentos de Reclamação Junto ao Estado. O Departamento de Educação deve oferecer aos pais, e outras pessoas interessadas, a oportunidade de resolver alegações de que o distrito escolar violou os requisitos estaduais com relação à educação de alunos que são superdotados através do estabelecimento de procedimentos de reclamações junto ao Estado.

(a) Dentro de noventa (90) dias consecutivos após a apresentação da queixa, o Departamento de Educação deve, de acordo com as disposições da presente norma:

1. Realizar uma investigação independente no local, se o Departamento de Educação determinar ser necessário;
2. Proporcionar ao pleiteante a oportunidade de apresentar informações adicionais, verbalmente ou por escrito, sobre as alegações contidas na queixa;
3. Examinar todas as informações relevantes e fazer uma determinação independente se o distrito escolar está violando alguma exigência do Estado em relação à educação de alunos que são superdotados;
4. Emitir uma decisão por escrito sobre a reclamação, que trata de cada assunto apresentado na reclamação e contém fatos relevantes, conclusões, e a(s) razão(ões) para a decisão final do Departamento de Educação; e
5. Prorrogar o prazo estabelecido no parágrafo (6)(a) desta norma, se existirem circunstâncias excepcionais no que diz respeito a uma reclamação específica.

Broward County Public Schools
Educação de Estudantes Excepcionais
Programa para Superdotados
(Exceptional Student Education - Gifted Program)

(b) Os procedimentos para a implementação eficaz da decisão final do Departamento de Educação incluem o seguinte:

1. Atividades de assistência técnica;
2. Negociações; e
3. Medidas corretivas para assegurar a conformidade.

(c) Relação com as audiências de devido processo.

1. Se a reclamação por escrito recebida é também objeto de uma audiência de devido processo, solicitada nos termos da subseção (7) desta norma, ou a reclamação contém vários assuntos, dos quais um ou mais fazem parte dessa audiência, o Departamento de Educação deve separar qualquer parte da reclamação que está sendo abordada na audiência de devido processo até a conclusão da audiência. No entanto, qualquer assunto na reclamação que não faz parte da ação de devido processo deve ser resolvido em conformidade com os procedimentos descritos na subseção (6) desta norma.
2. Se alguma questão abordada na reclamação apresentada nos termos desta subseção tenha sido decidida anteriormente em uma audiência de devido processo envolvendo as mesmas partes, a decisão do juiz de direito administrativo é vinculante e o Departamento de Educação deve informar o pleiteante nesse sentido.
3. O Departamento de Educação deve resolver qualquer reclamação que alegue que um distrito escolar tenha deixado de implementar uma decisão da audiência de devido processo.

(7) Audiências de devido processo. As audiências de devido processo deverão estar disponíveis para pais de alunos que são superdotados e para distritos escolares, para resolver assuntos relacionados com a identificação, avaliação, ou colocação acadêmica do aluno, ou a prestação de uma educação pública gratuita e adequada.

(a) Tais audiências podem ser iniciadas pelo pai ou pelo distrito escolar com relação a uma proposta ou recusa de iniciar ou alterar a identificação, avaliação, ou colocação acadêmica do aluno, ou a prestação de uma educação pública gratuita e adequada para o aluno.

(b) A audiência deve ser realizada por um juiz de direito administrativo da Divisão de Audiências Administrativas do Departamento de Serviços de Administração, em nome do Departamento da Educação.

(c) O juiz de direito administrativo (ALJ) deve seguir a subseção (7) desta norma para tais audiências e deve conduzir tais audiências de acordo com as Normas Uniformes de Processos Administrativos, Capítulo 28-106, F.A.C., conforme considerado mais apropriado pelo ALJ, incluindo, mas não se limitando a: a autoridade de uma das partes para solicitar uma reunião de pré-audiência, a autoridade do ALJ para emitir intimações para obrigar a presença de testemunhas e a apresentação de registros, e a autoridade do ALJ para emitir decisões sumárias na ausência de uma questão de fato relevante em disputa.

(d) Situação do aluno durante o processo.

Broward County Public Schools
Educação de Estudantes Excepcionais
Programa para Superdotados
(Exceptional Student Education - Gifted Program)

1. Durante o período em que o processo administrativo, ou processo judicial posterior relacionado com a audiência de devido processo, estiver pendente, a menos que o distrito e os pais do aluno tenham um acordo em contrário, o aluno envolvido no processo deve permanecer na colocação acadêmica atual. Se o processo envolve um pedido de admissão inicial em uma escola pública, o aluno, com o consentimento dos pais, deve ser colocado em um programa escolar público até a conclusão de todos os processos.

2. Se o juiz de direito administrativo concordar com o pai e achar que a mudança de colocação é necessária, tal colocação será a colocação estabelecida durante a pendência do recurso.

(e) Direitos de audiência para todas as partes.

1. Qualquer uma das partes de uma audiência realizada nos termos da subseção (7) desta norma tem o direito de:

a. Ser representada por um advogado ou por um representante qualificado, de acordo com as qualificações e normas estabelecidas nas Normas 28-106.106 e 28-106.107, F.A.C., ou ser acompanhada e aconselhada por pessoas com conhecimento ou treinamento especial no que diz respeito aos problemas de alunos superdotados, ou qualquer combinação dos anteriores;

b. Apresentar evidências, e confrontar, interrogar e exigir a presença de testemunhas;

c. Proibir a introdução na audiência de qualquer evidência que não tenha sido apresentada àquela parte pelo menos cinco (5) dias úteis antes da audiência;

d. Obter transcrição da audiência, impressa ou eletrônica, à escolha dos pais, sem nenhum custo a eles; e

e. Obter conclusões de fatos e decisões, impressas ou eletrônicas, à escolha dos pais, sem nenhum custo a eles.

2. Divulgação adicional de informações.

a. Pelo menos cinco (5) dias úteis antes de uma audiência realizada nos termos da subseção (7) desta norma, cada uma das partes deve informar a todas as outras partes todas as avaliações realizadas até aquela data, e as recomendações baseadas nas avaliações da parte proponente que esta parte pretende usar durante a audiência.

b. O juiz de direito administrativo pode impedir qualquer uma das partes que deixar de cumprir com a alínea (7)(e)2 desta norma de apresentar a avaliação ou recomendação relevante durante a audiência sem o consentimento da outra parte.

(f) Os direitos dos pais nas audiências. Os pais envolvidos nas audiências devem ter, além dos direitos descritos no parágrafo (7)(e) desta norma, o direito de:

1. Ter a presença de seu filho, que é o objeto da audiência; e

2. Abrir a audiência para o público.

Broward County Public Schools
Educação de Estudantes Excepcionais
Programa para Superdotados

(Exceptional Student Education - Gifted Program)

(g) Os deveres e responsabilidades do superintendente, ou pessoa designada, devem incluir:

1. Adotar procedimentos que exijam que o pai de um aluno superdotado, ou o advogado que representa o aluno, apresente notificação ao distrito escolar. A notificação exigida, que deve permanecer confidencial, deve incluir: o nome do aluno; o endereço residencial do aluno; o nome da escola frequentada pelo aluno; uma descrição da natureza do problema relacionado à proposta ou recusa de iniciação ou alteração, incluindo fatos relacionados com o problema; e uma proposta de resolução do problema, na medida do conhecimento e disponibilidade aos pais no momento. No entanto, o distrito escolar não pode negar ou protelar o direito dos pais a uma audiência de devido processo, por deixar de apresentar esta notificação;
2. Mediante recebimento do pedido dos pais por uma audiência, encaminhá-lo imediatamente à Divisão de Audiências Administrativas via fax;
3. Notificar todas as partes a respeito de seus direitos e responsabilidades, antes, durante e após a audiência. Esta notificação deve incluir informações para os pais sobre quaisquer serviços jurídicos gratuitos ou de baixo custo, ou outros serviços relevantes disponíveis, caso o pai solicitar estas informações ou se o pai, ou o distrito escolar, iniciar uma audiência;
4. Determinar se há necessidade de um intérprete e providenciar um intérprete, conforme necessário;
5. Cumprir com as decisões do juiz de direito administrativo com relação a pedidos e intercâmbios de evidências, descobertas, apresentação de moções e agendamento, de forma a atender os requisitos desta norma e os prazos aqui estabelecidos;
6. Organizar a prestação e pagamento de auxílio administrativo, a audiência, a utilização das instalações, e uma transcrição integral da audiência;
7. Cumprir com outras responsabilidades especificadas pelo conselho escolar.

(h) Os deveres e responsabilidades do Departamento de Educação devem incluir:

1. Manter uma lista de pessoas que servem como juízes de direito administrativo, incluindo uma declaração das qualificações de cada uma dessas pessoas; e,
2. Manter um referencial das decisões finais de tais audiências e fornecer estas informações ao público mediante solicitação.

(i) Os deveres e responsabilidades de um juiz de direito administrativo devem ser:

1. Estabelecer a data, horário e local da audiência e quaisquer teleconferências de pré-audiência e audiências de petição. Cada audiência que envolva sustentação oral deve ser realizada em horário e local que seja razoavelmente conveniente para os pais e seu filho;
2. Realizar a audiência de forma justa e imparcial;
3. Assegurar que todas as descobertas, as petições e os procedimentos de pré-audiência

Broward County Public Schools
Educação de Estudantes Excepcionais
Programa para Superdotados
(Exceptional Student Education - Gifted Program)

sejam realizados de forma acelerada, de acordo com os prazos estabelecidos por esta norma em relação ao intercâmbio de evidências e à emissão da decisão final.

4. Determinar se os pais desejam uma cópia eletrônica ou impressa da decisão final e do registro administrativo da audiência;
5. Determinar se os pais desejam a audiência aberta ao público e se desejam que o seu filho participe da audiência;
6. Determinar se o consultor ou representante dos pais é suficientemente informado ou treinado em relação a alunos superdotados;
7. Determinar como a evidência pode ser trocada antes e durante a audiência;
8. Determinar como as testemunhas podem ser compelidas a comparecer, ser interrogadas e confrontadas durante a descoberta e na audiência;
9. Determinar como as avaliações e recomendações podem ser apresentadas antes e durante a audiência;
10. Resumir os fatos e conclusões do caso e chegar a uma decisão imparcial, baseando-se unicamente em informações apresentadas durante a audiência;
11. Chegar à uma decisão final e enviar a todas as partes as cópias dos fatos, conclusões e decisões referentes à audiência, no prazo de quarenta e cinco (45) dias a partir do recebimento do pedido dos pais, ou da apresentação do pedido do distrito por uma audiência, o qual ocorrer primeiro;
12. Ser responsável pelo cumprimento de todos os prazos e procedimentos estabelecidos pelos estatutos e normas para tais audiências;
13. Manter o sigilo de todas as informações; e
14. Tomar decisões referentes a pedidos de prorrogação de tempo, além dos períodos estabelecidos na subseção (7) desta norma, a pedido de qualquer uma das partes.

(j) Ação civil. A decisão tomada em uma audiência realizada nos termos da subseção (7) desta norma será definitiva, a menos que, no prazo de trinta (30) dias, a parte prejudicada pela decisão instaure uma ação civil na vara cível estadual, sem levar em consideração o valor da causa, conforme previsto na Seção 1003.57(5), F.S. A vara cível estadual deverá: receber os registros dos processos administrativos; ouvir, conforme o caso, evidências adicionais a pedido de uma das partes; e, baseando a sua decisão na preponderância de evidências, deverá conceder o auxílio determinado apropriado. Em alternativa, qualquer parte prejudicada pela decisão do juiz de direito administrativo terá o direito de solicitar uma análise imparcial pelo tribunal de recursos do distrito apropriado, conforme previsto pelas Seções 120.68 e 1003.57(5), F.S.

Specific Authority 1001.02(1)(2)(n), 1003.01(3)(a)(b), 1003.57(5) F.S. Law Implemented 1001.42(4)(l) 1003.01(3)(a)(b) , 1003.57(5), 1001.03(8) F.S. History - New 9-20-2004.

Este folheto ajuda os pais de alunos dos distritos escolares da Flórida a entender os direitos pertinentes aos programas para estudantes superdotados. É um resumo das leis federais e

Broward County Public Schools
Educação de Estudantes Excepcionais
Programa para Superdotados

(Exceptional Student Education - Gifted Program)

estaduais sobre como os seus direitos devem ser protegidos com relação à notificação, consentimento, avaliação educacional independente, registros, audiências e recursos. Estas salvaguardas processuais se aplicam a alunos que são superdotados.

Departamento de Educação da Flórida

Dr. Tony Bennett, Comissário

ESE 310581

Revisado 02/13

